

---- EARLY VIEW ----

“O QUE FAZER QUANDO AS GRADES SE ABREM?” MOTIVAÇÕES EMPREENDEDORAS E CRENÇAS INDIVIDUAIS DE EGRESSOS DE PENITENCIÁRIAS

Larissa Cavalcante Albuquerque

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil

larissa_cavalcante@ymail.com

Evangelina da Silva Sousa

Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil

evangelinasousa@gmail.com

Raimundo Eduardo Silveira Fontenele

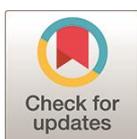
Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil

prof.eduardo.fontenele@gmail.com

Tereza Cristina Batista de Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil

tcblima@uol.com.br



RESUMO

Objetivo: Investigar as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir o próprio negócio, segundo a Teoria do Comportamento Planejado. **Metodologia/Abordagem:** Realizou-se uma investigação de abordagem qualitativa, com onze egressos do sistema prisional cearense. Os dados coletados, por meio de entrevista semiestruturada, foram analisados com auxílio do software Atlas Ti, utilizando as técnicas de análise de conteúdo e *pattern matching*. **Resultados:** Os egressos manifestaram intenção em abrir seu próprio negócio, a partir de três motivações: por necessidade, por oportunidades e por realização pessoal. A intenção empreendedora dos entrevistados é influenciada pelos três tipos de crenças salientes: comportamentais, normativas e de controle percebido. **Contribuições teóricas/Metodológicas:** Promover e ampliar a discussão sobre o empreendedorismo após o período de privação de liberdade, utilizando a Teoria do Comportamento Planejado para identificar as crenças que antecedem à intenção empreendedora. **Relevância/Originalidade:** Apresentar achados que contrapõem à classificação dicotômica de motivação empreendedora descrita pelo *Global Entrepreneurship Monitor*. Ratificar a importância da influência dos referentes sociais na construção das crenças normativas, que foram percebidas como facilitadores à intenção comportamental, confundindo-se com as crenças de controle percebido. **Contribuições sociais:** Reconhecer a baixa empregabilidade de ex-detentos como um problema de gestão, pode ser o início do debate de estratégias que busquem minimizar seus impactos negativos. Este estudo é um convite à discussão de estratégias de esforço conjunto entre poder público, população e academia, com o objetivo de mitigar paradigmas e preconceitos que aprisionam os ex-infratores e a sociedade.

Palavras-chave: Motivação Empreendedora. Crenças Salientes. Penitenciária.



"WHAT TO DO WHEN THE GRILLS OPEN?" ENTREPRENEURIAL MOTIVATIONS AND INDIVIDUAL BELIEFS OF FORMER CONVICTS

ABSTRACT

Objective: To investigate the entrepreneurial motivations and individual beliefs of egresses from prison in Ceará regarding opening their own business, according to the Theory of Planned Behavior. **Methodology/Approach:** A qualitative research was carried out, with eleven former convicts from the Ceará prison system. The data collected through semi-structured interviews were analyzed with the Atlas Ti software, using the content analysis pattern matching technique. **Results:** The former convicts expressed their intention to open their own business, based on three motivations: by necessity, by opportunities and by personal fulfillment. The interviewees' entrepreneurial intention is influenced by three types of salient beliefs: behavioral, normative, and perceived control. **Theoretical / Methodological contributions:** To promote and expand the discussion on entrepreneurship after the period of deprivation of liberty, using the Theory of Planned Behavior to identify the beliefs that precede the entrepreneurial intention. **Relevance / Originality:** Present findings that oppose the dichotomous classification of entrepreneurial motivation described by the Global Entrepreneurship Monitor. To ratify the importance of the influence of social referents in the construction of normative beliefs, which were perceived as facilitators of behavioral intention, being confused with the beliefs of perceived control. **Social contributions:** To recognize the low employability of ex former convicts as a management problem can be the beginning of the debate on strategies that seek to minimize their negative impacts. This study is an invitation to discuss joint effort strategies between public authorities, the population, and academia, to mitigate paradigms and prejudices that imprison former offenders and society.

Keywords: Entrepreneurial Motivation, Outstanding Beliefs, Penitentiary.

1. INTRODUÇÃO

A crise que acomete o sistema prisional brasileiro, em relação ao elevado índice de reincidência dos reclusos após libertação, aponta a ineficácia das organizações prisionais em promover a ressocialização e a reintegração do indivíduo privado de liberdade a partir de programas educacionais nos presídios (Silva & Saraiva, 2013), considerando que o acesso à assistência educacional contribuiria para a reintegração do indivíduo à vida social (Cordeiro, 2019).

Em se tratando de educação profissional, algumas organizações prisionais adotam programas educacionais voltados ao empreendedorismo, que têm por finalidade proporcionar a qualificação profissional (Costelloe & Langelid, 2011), uma vez que a inserção no mercado de trabalho formal para egressos é uma tarefa desafiadora, posto que estes sujeitos carregam consigo uma identidade que os marcam como eternos delinquentes (Souza, Costa, & Lopes, 2019).

Desta forma, os egressos do sistema prisional tenderiam a direcionar esforços motivados pela necessidade de empreender, ao adotar o trabalho autônomo como opção de carreira (GEM, 2017; Ireland, 2012; Patzelt, Williams, & Shepherd, 2014), sobrelevando as práticas discriminatórias em potencial dos empregadores, que em alguns casos demonstram atitudes negativas em relação à contratação de ex-presidiários, devido aos antecedentes criminais, ao estigma, e pelo receio da prática de atos violentos no trabalho (Patzelt et al., 2014).

O fomento ao empreendedorismo durante o período de privação de liberdade é uma das estratégias para redução da reincidência de egressos, sendo objeto de investigações científicas, a exemplo das



pesquisas de Grosholz, Kabongo, Morris e Wichern (2020), Keena e Simmons (2015), Moraes, Simões e Gonçalves (2017), Patzelt, Williams e Shepherd (2014). Patzelt et al. (2014) destacam que a maioria das pesquisas sobre empreendedorismo investiga o impacto dos programas educacionais na intenção empreendedora dos indivíduos, e o desempenho dos negócios criados pelos alunos após a participação nesses programas. No contexto prisional, tais programas possibilitam que os indivíduos privados de liberdade se envolvam em um processo de mudança positiva da sua identidade, ampliando a intenção empreendedora por meio da educação empreendedora (Grosholz et al.; 2020).

Ao pressupor que abrir o próprio negócio é uma ação racionalizada, e para compreender os fatores que interferem no comportamento empreendedor, faz-se necessário investigar os determinantes que os indivíduos percebem sobre si e sobre o ambiente em que vivem, que são as crenças individuais que determinam a intenção e o comportamento (Hoppe, Barcellos, Vieira, & Matos, 2012).

Destarte, é possível identificar as crenças preditoras ao comportamento empreendedor por meio da operacionalização de teorias que analisem o comportamento humano, a exemplo da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991) - estrutura conceitual utilizada como referência para prever intenções e comportamentos em contextos multidisciplinares (Martins, Santos, & Silveira, 2018; Schlaegel & Koenig, 2014).

Diante do exposto, delineou-se a seguinte questão de pesquisa: como a possibilidade de abrir o próprio negócio é percebida por egressos de penitenciárias cearenses? Deste modo, propôs-se como objetivo investigar as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir o próprio negócio, sob a perspectiva da Teoria do Comportamento Planejado.

Pretende-se com esta pesquisa, ampliar a discussão sobre o empreendedorismo, sob a perspectiva da educação empreendedora inclusiva, ao considerá-lo um instrumento que pode evitar a reincidência criminal, promover a reinserção social, o aproveitamento de oportunidades de negócios e a geração de renda lícita, quando se oferecem atividades de formação profissional que visam a transformação cognitiva e comportamental dos egressos, estimulando a criação de negócios e desenvolvendo mentalidade e identidade empreendedoras após o período de encarceramento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O suporte teórico que conduz esta pesquisa são as motivações empreendedoras sob a classificação do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2017) e as crenças individuais referentes à intenção empreendedora sob a perspectiva da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991).

2.1 Motivação Empreendedora

A motivação empreendedora relaciona-se ao grau em que o indivíduo valoriza o comportamento empreendedor, considerando sua perspectiva de se tornar um empreendedor de sucesso a partir de suas crenças pessoais, como motivadores fundamentais para a ação empreendedora (Minola, Criaco, Obschonka; & 2016). As crenças expressam a informação que o indivíduo detém em relação a determinado comportamento, embora esta seja imprecisa ou que não corresponda a realidade (Ajzen, 1991). A motivação para desenvolver o comportamento empreendedor é baseada em crenças pessoais, como autonomia, competitividade, ganhos materiais e ética no trabalho, que expressam as necessidades humanas (Minola et al. & 2016).

A relação entre a liberdade econômica e a motivação empreendedora é abordada considerando a classificação que categoriza os tipos de empreendedorismo, em empreendedorismo por oportunidade e por necessidade, em consonância com a estrutura do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)



(Angulo-Guerrero, Pérez-Moreno, & Abad-Guerrero, 2017), maior relatório sobre a estrutura dinâmica do empreendedorismo a nível mundial, operacionalizado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas (Vale, Corrêa; & Reis, 2014).

Os estudos empíricos que investigam os motivos que induzem o indivíduo ao empreendedorismo abordam a perspectiva necessidade versus oportunidade (Vale, et al., 2014), considerando que empreendedores têm motivações para satisfazerem suas necessidades e desejos, e podem criar um empreendimento a partir da necessidade de sobrevivência ou da exploração de oportunidades, mesmo quando existem outras opções atraentes de emprego (Carsrud; & Brännback, 2011) ou pela combinação de motivações (Van der Zwan, Thurik, Verheul; & Hessels, 2016).

Segundo o GEM (2017), o empreendedor por necessidade é aquele que inicia o negócio pela carência de opções para a geração de ocupação e renda. O indivíduo é motivado pela necessidade de desenvolver uma atividade autônoma, devido à ausência ou à insatisfação pelas opções de emprego disponíveis, por impulso ou pela pressão familiar (Van der Zwan et al., 2016).

No empreendedorismo por oportunidade, o indivíduo é movido pela atração ou pela busca voluntária de oportunidades no ambiente (GEM, 2017; Van der Zwan et al., 2016) compreendendo a exploração de novos nichos de mercados, considerando a inovação (Angulo-Guerrero, Pérez-Moreno; & Abad-Guerrero, 2017), as experiências anteriores e o conhecimento que cria a capacidade de reconhecer oportunidades desperdiçadas por outrem (Yitshaki; & Kropp, 2017), e visando algum ganho (Block; & Wagner, 2010).

Ressalta-se que diante das mudanças nos sistemas produtivos e no mercado de trabalho, marcado pelo desemprego estrutural, o empreendedor, mesmo atento às oportunidades de negócios, pode ser movido pela autonomia pessoal e pela necessidade de sobrevivência, percebendo na atividade empreendedora uma alternativa de trabalho e geração de renda (Vale et al., 2014).

Pesquisas empíricas apontam que os empreendedores por necessidade são caracterizados por níveis mais baixos de satisfação (Block; & Wagner 2010; Kautonen & Palmroos, 2010), menor nível educacional (Fossen; & Buëttner, 2013), e permanecem menor período no mercado (Block; & Wagner 2010), embora no contexto brasileiro, o percentual de empreendedores por necessidade seja menor o que o de empreendedores por oportunidade (GEM, 2017).

2.2 Intenção Empreendedora e Teoria do Comportamento Planejado

A intenção empreendedora é um estado consciente que antecede a ação e direciona a atenção para o empreendedorismo (Agolla, Monametsi, & Phera, 2019) e se refere a um esforço despendido pelo indivíduo para a realização da atividade empreendedora (Paul, Hermel, & Srivatava, 2017).

O modelo teórico de intenção empreendedora mais utilizado (Martins et al., 2018) é a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) que busca explicar o comportamento diante de uma determinada situação (Ajzen, 1991). Aplicando-a no campo do empreendedorismo, tem-se que a intenção empreendedora denota o empenho que o indivíduo pode fazer para efetivar o comportamento empreendedor, sendo alicerçada por crenças que são os fatores iniciais que o induzem a realizar ou não determinado comportamento.

Segundo a TCP, o comportamento humano é guiado pelas crenças comportamentais, normativas e de controle percebido (Ajzen, 1991). As crenças comportamentais envolvem à avaliação individual dos possíveis resultados que determinado comportamento pode provocar, ocasionando uma atitude favorável ou desfavorável à sua realização. As crenças normativas relacionam-se à pressão social de referentes sociais (familiares, amigos e outros grupos), para que o indivíduo desenvolva o



comportamento empreendedor. As crenças de controle percebido referem-se aos fatores que podem viabilizar ou impedir a realização do comportamento, considerando as habilidades individuais (Ajzen, 1991).

Os programas de empreendedorismo no cárcere promovem discussões sobre o desenvolvimento de uma maneira eficaz de alcance de objetivos e projeção de independência viabilizada pelo empreendedorismo, acarretando a mudança da atitude empreendedora dos detentos. Enquanto, as redes de apoio dentro e fora da prisão criam pressões sociais sobre os detentos, particularmente quando a família e os amigos percebem o empreendedorismo como a melhor opção, dentre as disponíveis. A qualificação profissional, por meio dos referidos programas, implica no desenvolvimento de habilidades e de capacitação social e econômica dos detentos influenciando no comportamento empreendedor (Grosholz et al., 2020).

Resultados da pesquisa de Cavazos-Arroyo, Puente-Díaz e Agarwal (2017) apontam que as crenças comportamentais influenciam na atitude empreendedora, e uma atitude favorável implica em uma maior intenção empreendedora (Agolla et al., 2019; Carsrud; & Brännback, 2011; Ferri, Ginesti, Spano; & Zampela, 2019). Achados das pesquisas de Agolla, Monametsi e Phera (2019), Cavazos-Arroyo et al., (2017), Ferri, Ginesti, Spano e Zampela (2019) evidenciaram a influência positiva das crenças normativas e das crenças de controle percebido junto à intenção empreendedora.

A integração de detentos no mercado de trabalho pode ser realizada por meio de projetos voltados à empregabilidade (Wilson, Gallagher, & Mackenzie, 2000), uma vez que muitos têm baixa instrução educacional e poucas habilidades profissionais, e com a finalidade de conquistar uma oportunidade de emprego e se manter empregado devem estar motivados a evitar a reincidência e a construir novos laços emocionais após a saída da prisão (Alós, Esteban, Jódar, & Miguélez, 2015; Grosholz et al., 2020).

Neste sentido, tal público pode ser motivado por impulso ao auto emprego (Van der Zwan et al., 2016), tornando-se empreendedor por necessidade, por serem indivíduos considerados inacessíveis, considerando os antecedentes criminais (Sarasvathy, 2004), ou pelo reconhecimento de oportunidades, devido à participação em programas voltados ao empreendedorismo que podem proporcionar mudanças cognitivas e comportamentais nos egressos (Grosholz et al., 2020).

Diante do referido aporte teórico exposto, definiram-se duas proposições de investigação:

P1: A motivação empreendedora dos egressos é dicotômica e baseada na necessidade e na oportunidade de negócios.

P2: As crenças comportamentais, normativas e de controle percebido influenciam na intenção empreendedora dos egressos que participaram de programas voltados para o empreendedorismo, haja vista que a intenção precede o comportamento empreendedor.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é baseada em uma abordagem qualitativa e de tipologia descritiva e exploratória (Gray, 2012), em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com egressos de penitenciárias cearenses, objetivando responder à questão de pesquisa.

O campo onde os sujeitos da pesquisa cumprem suas penas possui uma dinâmica própria com limitações impostas aos pesquisadores, tais como: procedimentos de segurança pré-definidos pelas instituições envolvidas, limitações sobre o tempo disponível para a entrevista, acesso a um número limitado de sujeitos a serem pesquisados e dificuldades de acessibilidade que comprometiam a segurança dos pesquisadores.



Diante das limitações supracitadas, o critério utilizado para realização das entrevistas foi o de acessibilidade (Vergara, 2003), e estas foram realizadas nas dependências da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (CISPE) e da Fundação Deusmar Queirós, e intermediadas por representantes de tais instituições. Todas as entrevistas foram presenciais e gravadas, mediante autorização dos entrevistados e realizadas em abril e maio de 2018.

O ponto de saturação obedeceu ao critério de Thiry-Cherques (2009) e foi percebido na nona entrevista. Duas entrevistas adicionais foram realizadas para confirmação da saturação, sendo uma destas realizada com uma egressa. Não foi possível realizar entrevistas com uma quantidade homogênea entre homens e mulheres, devido à dificuldade de acesso aos entrevistados, e por esta razão, as entrevistas realizadas com as três egressas não foram descartadas, pois somente com a quantidade de onze entrevistas foi possível atingir a saturação teórica.

Realizaram-se entrevistas individuais com onze egressos, identificados nesta investigação a partir da codificação: EG1 a EG11, cujo perfil é apresentado na Figura 1. Dentre os entrevistados, oito são homens e três são mulheres, com idade entre 22 e 51 anos. Nove entrevistados são condenados pela Justiça e cumpriram o regime fechado e completam o restante da pena em regime aberto ou semiaberto, parte deles utilizando equipamento de monitoramento eletrônico, enquanto dois entrevistados são mulheres que, após período de encarceramento, receberam o benefício de relaxamento de prisão, podendo aguardar o julgamento em liberdade.

Sujeito	Gênero	Idade	Escolaridade	Pena
EG1	Feminino	43 anos	Superior em Filosofia	10 anos
EG2	Masculino	34 anos	Superior em Informática Superior incompleto em Matemática	11 anos
EG3	Masculino	25 anos	Superior incompleto em Administração	10 anos
EG4	Feminino	27 anos	Superior incompleto em Finanças	AGJ*
EG5	Masculino	51 anos	Ensino Médio	N/M**
EG6	Masculino	22 anos	Ensino Médio	N/M**
EG7	Masculino	33 anos	Ensino Médio	9 anos
EG8	Feminino	30 anos	Ensino Médio incompleto	AGJ*
EG9	Masculino	24 anos	Ensino Médio incompleto	3 anos e meio
EG10	Masculino	43 anos	Ensino Fundamental incompleto	Reincidente + 10 anos total
EG11	Masculino	30 anos	Ensino Fundamental incompleto	N/M

Figura 1.

Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota: * AGJ - Aguardando julgamento. **N/M – não mencionado.

O roteiro de entrevistas foi elaborado a partir da classificação dicotômica referente às motivações empreendedoras (GEM, 2017) e da Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991) utilizada para investigar as crenças individuais dos entrevistados.

Os dados coletados foram analisados por meio da análise do conteúdo (Bardin, 2011) e da técnica pattern matching (Trochim, 1989), em que é realizada uma comparação entre a teoria adotada neste estudo e a realidade empírica investigada. Para isso, foram elencados os elementos constitutivos de análise que estão dispostos na Figura 2.

Elementos Constitutivos de Análise	Definições Constitutivas	Definições Operacionais	Questões do roteiro da entrevista
Motivações empreendedoras por necessidade	Devido a carência de opções de emprego disponíveis, o indivíduo é motivado pela necessidade de sobrevivência a empreender (Ángulo-Guerrero et al., 2017; GEM, 2017; Van der Zwan et al, 2016; Yitshaki; & Kropp, 2017).	Identificar se o egresso tem intenção de abrir seu próprio negócio e, em caso afirmativo investigar quais razões o motivam a empreender (necessidade, oportunidade e outras que emergirem do campo).	Quais são seus objetivos para o futuro, após a saída da penitenciária?
Motivações empreendedoras por oportunidade	O indivíduo é motivado pelo reconhecimento de oportunidades e sente-se atraído para explorar tais oportunidades de negócios (Ángulo-Guerrero et al., 2017; GEM, 2017; Van der Zwan et al, 2016; Yitshaki; & Kropp, 2017).		
Crenças individuais comportamentais	Referem-se à avaliação individual que o comportamento empreendedor pode provocar, promovendo uma atitude favorável ou desfavorável ao empreendedorismo (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán; & Chen, 2009).	Identificar as crenças referentes à avaliação favorável e desfavorável dos egressos em se tornarem empreendedores.	Na sua opinião, quais seriam as vantagens de ter seu próprio negócio? Quais seriam as desvantagens?
Crenças individuais normativas	Advêm da influência dos grupos sociais e refletem a preocupação do indivíduo quanto às consequências do comportamento empreendedor para seus referentes sociais (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán; & Chen, 2009).	Investigar quais referentes sociais exercem pressão social para os egressos ingressarem na atividade empreendedora.	O que as pessoas pensariam se você decidisse colocar seu próprio negócio? Que pessoas aprovariam se você decidisse colocar seu próprio negócio? Quem você acha que desaprovaria? Por quê?
Crenças individuais de controle percebido	Relacionam-se ao reconhecimento de habilidades e capacidades para o desenvolvimento de funções empreendedoras (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán; & Chen, 2009).	Evidenciar as crenças que facilitam e dificultam a atividade empreendedora em relação à sua capacidade individual dos egressos.	O que facilitaria sua tentativa de colocar um negócio? Por quê? O que dificultaria sua tentativa de colocar um negócio? Por quê?.

Figura 2.

Elementos constitutivos de análise.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).



O conteúdo das entrevistas foi transcrito e analisado com auxílio do software Atlas.ti, utilizado para codificar os fragmentos da transcrição em unidades de registro e representar os resultados de cada categoria por meio de redes semânticas geradas pela Network View, em que estão descritas as associações que ocorreram para cada unidade de registro. Cada unidade de contexto é ilustrada por setas que demonstram associações que as unidades de registro possuem entre si. Cada código é indicado com um par ordenado de dois números {a – b}, dado que “a” representa a frequência do uso da unidade de registro durante a transcrição, e “b” denota a interligação com outros códigos.

As unidades de contexto e de registro decorrentes da análise do conteúdo, foram agrupadas a partir de quatro dimensões de análise: a) motivações empreendedoras; b) crenças comportamentais; c) crenças normativas; e d) crenças de controle percebido, conforme Figura 3.

Categoria Analítica	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
Motivações Empreendedoras	Objetivos futuros	Empreendedorismo por necessidade
		Empreendedorismo por oportunidade
		Realização Pessoal
Crenças Comportamentais	Vantagens	Retorno financeiro
		Ajudar outros egressos
		Gestão do próprio tempo
		Autonomia
		Nível menor de pressão
	Desvantagens	Perda de direitos trabalhistas
		Necessidade de disciplina e organização
		Custo com imposto
		Risco
		Não há vantagens em ter o próprio negócio
Crenças Normativas	Percepção de terceiros	Sociedade
		Família
		Amigos
		Clientes e fornecedores
Crenças de Controle Percebido	Facilitadores	Experiência anterior com empreendedorismo
		Experiência profissional anterior
		Habilidades pessoais
		Apoio de terceiros
		Familiares próximos empreendedores
		Projeto Carrinho Empreendedor
		Burocracia para abrir uma empresa
	Dificultadores	Falta de apoio
		Falta de capital
		Passagem pelo sistema prisional
		Suspensão de direitos
		Estigma e preconceito
		Tornozeleira eletrônica

Figura 3.
Categorias analíticas da pesquisa.
 Fonte: Dados da pesquisa (2020).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir do mapeamento de iniciativas de reintegração de egressos que incentivassem o empreendedorismo, identificaram-se três iniciativas cuja administração compete à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (SEJUS-CE) (Projeto Querer, Projeto Vivendo Empreendendo e Kiteiras Grants) e um projeto de iniciativa privada (Projeto Fábrica Escola).

O Projeto Querer possibilita a capacitação profissional, estimula a cooperação e o associativismo entre os detentos. O Projeto Vivendo Empreendendo oferece capacitação por meio de cursos e de oficinas, além de ceder carrinhos de lanches aos egressos, com o alvará de circulação liberado pela Prefeitura da cidade de Fortaleza, sem custos para os egressos (Ceará, 2017).

O Projeto Kiteiras Grants advém de uma parceria entre a SEJUS-CE, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a empresa Danone cujo objetivo é fornecer treinamento para egressos e oferecer suportes estruturais para abrir um negócio. Já o Projeto Fábrica Escola, advém de uma parceria entre a Fundação Deusmar Queirós e a Universidade Estadual do Ceará, oferecendo capacitação profissional, oficinas de ensino e de produção em diversas áreas para apenados e seus familiares.

4.1 Motivações Empreendedoras

Ao serem questionados sobre os objetivos para o futuro, após a saída da penitenciária, os entrevistados apontaram duas respostas: “Trabalhar para terceiros” e “Abrir o próprio negócio”, consolidando a unidade de contexto intitulada “Objetivos Futuros” gerando, no Atlas.ti, a rede semântica disposta na figura 4.

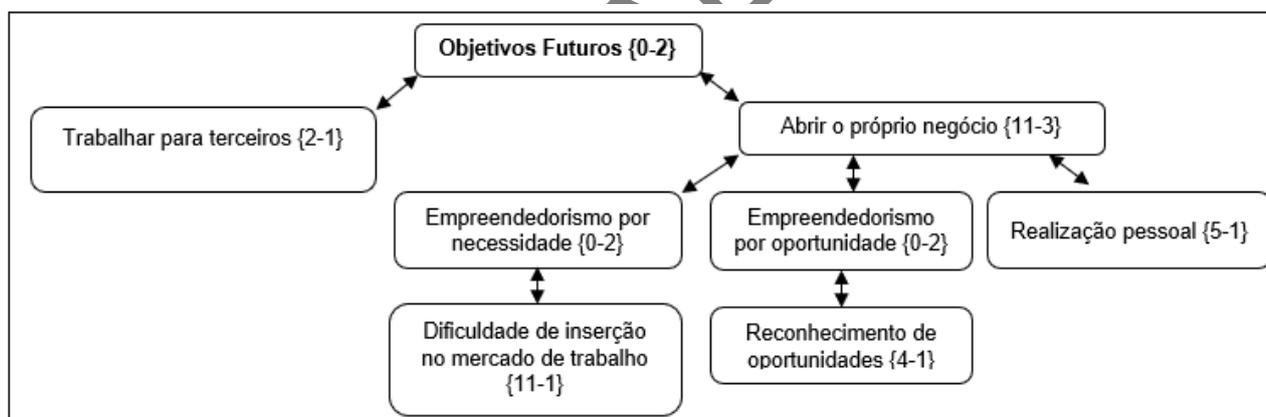


Figura 4.
Motivações empreendedoras.
Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os sujeitos que verbalizaram a vontade de “Trabalhar para terceiros”, gostariam de retomar atividades que desempenhavam antes do período no cárcere, bem como revelaram o desejo de conciliar o trabalho para terceiros e a carreira empreendedora.

Todos os entrevistados externaram o interesse em “Abrir o próprio negócio”, manifestando intenção empreendedora, ao apresentarem uma predisposição à atividade empreendedora (Agolla et al, 2019; Paul et al., 2017), como revelam os seguintes relatos: “Eu tenho vontade de ter meu negócio.” (EG1), “Eu já penso no meu negócio próprio” (EG4).

Os relatos corroboram com os dados do GEM (2017) que demonstram que ter um negócio próprio é o desejo de 31% dos brasileiros adultos, e que 36% já possuem um negócio ou realizaram alguma ação para ser dono de sua própria empresa.

As motivações que levariam os entrevistados a abrirem um negócio foram agrupadas em três unidades de registro: “Empreendedorismo por necessidade”, “Empreendedorismo por oportunidade” e “Realização pessoal”, esta última categoria emergente do campo contrapõe a categorização dicotômica do GEM (2017), e corrobora a perspectiva de Vale, Corrêa e Reis (2014).

O “Empreendedorismo por necessidade” é comum entre egressos, em função dos obstáculos de recolocação no mercado de trabalho, devido às barreiras que restringem suas condições de empregabilidade (Holzer, Raphael; & Stoll, 2003), como o desemprego, a pressão familiar e a insatisfação com a situação atual que os empurram ao empreendedorismo (Van der Zwan, et al., 2016). A respeito disso, os relatos dos entrevistados revelam a dificuldade de inserção no trabalho formal que os direciona ao empreendedorismo por necessidade:

Todo mundo lá dentro pensa em colocar um negócio porque já sabe da dificuldade de arranjar um trabalho depois que você sai de um presídio (EG3). Não dão oportunidade. Quando aparecia uma vaga eu ia, era o primeiro! Mas quando puxavam a minha ficha e viam que eu tinha passado pelo sistema diziam: “Me dê o seu número que depois eu lhe ligo”. Quando eu saí, passei quase dez anos nessa peleja atrás de emprego de carteira assinada, mas as portas sempre fechadas. (EG11).

Um dos entrevistados mencionou que o planejamento para o seu pequeno empreendimento começou enquanto ainda cumpria pena em regime fechado. No momento da entrevista, ele usava tornozeleira eletrônica e cumpria prisão domiciliar há três meses, mas havia inaugurado um pequeno comércio em sua casa, em um bairro da periferia de Fortaleza.

A motivação “Empreendedorismo por oportunidade” emergiu quando os entrevistados reconheceram a existência de determinadas oportunidades de negócios, mas que ainda não foram exploradas. Deste modo, têm-se as motivações empreendedoras relacionadas à exploração de novas oportunidades - baseadas no capital humano (Yitshaki & Kropp, 2017, Vale et al., 2014), como mostram os relatos:

Apareceram algumas oportunidades na minha frente, como o *drop shipping*, que são vendas *online* sem você ter estoque em casa, outra possibilidade é abrir uma facção de costura com minha tia (EG4).

Colocar um negócio é uma ideia minha agora. Eu tive essa visão porque um dia eu cheguei em casa e minha mulher tinha saído, não tinha nada para comer, eu queria comer alguma coisa rápida e não tinha nada perto lá de casa. E daí eu tive essa visão que alguma coisa poderia dar certo aqui, com venda de lanche à noite (EG12).

Contrapondo a classificação dicotômica do GEM, emergiu do relato de alguns entrevistados à motivação empreendedora como realização pessoal, predita na pesquisa de Vale et al., (2014), em que os autores argumentam que as motivações empreendedoras são complexas e multidimensionais e não deveriam ser excludentes (necessidade versus oportunidade).

Um dos motivos que impulsionam o indivíduo ao empreendedorismo é a ânsia por conquistas e realizações (Vale et al, 2014), acarretando a criação da unidade de registro “Realização Pessoal”. Tal categoria é corroborada por McClelland (1972), ao considerar que um dos principais motivos que impulsionam o indivíduo ao empreendedorismo relaciona-se a ao sentimento de necessidade de conquista e realizações pessoais.

Face ao exposto, as motivações que induzem os entrevistados ao empreendedorismo extrapolam a classificação dicotômica do GEM, pois os entrevistados são motivados pela: necessidade,

oportunidade e realização pessoal, corroborando a perspectiva de pesquisa de Vale et al. (2014) ao indicarem que a motivação empreendedora resulta da interação entre diversos motivos complexos que transcendem a necessidade de sobrevivência e a percepção de oportunidade de negócios, sendo um achado relevante desta pesquisa.

4.2 Crenças comportamentais

As crenças referentes à avaliação dos indivíduos em se tornarem empreendedores foram categorizadas a partir de duas unidades de registro denominadas “Vantagens de ter o próprio negócio” e “Desvantagens de ter o próprio negócio”, proporcionando a rede semântica exposta na Figura 5.

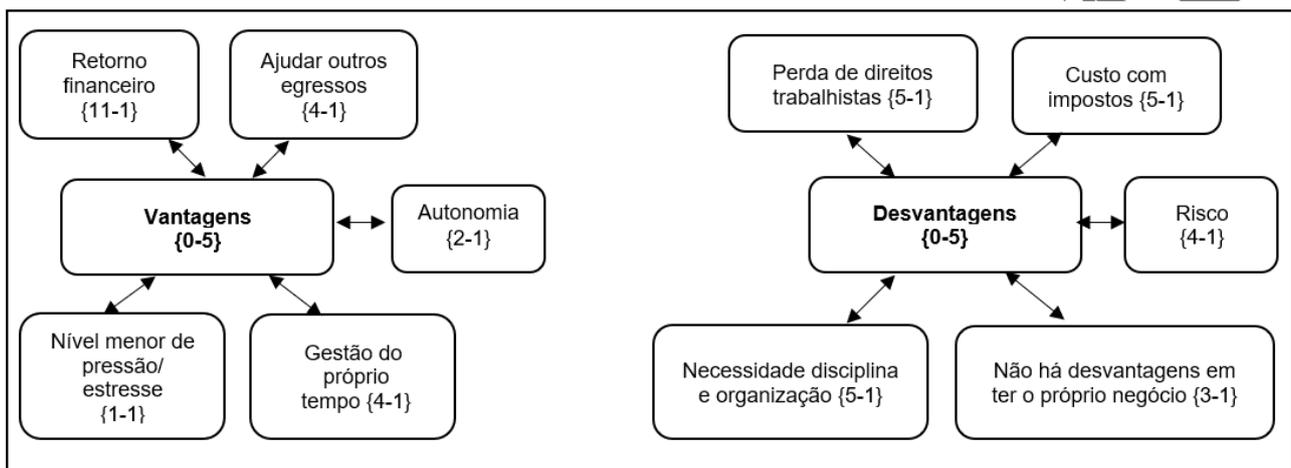


Figura 5.

Crenças comportamentais.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os indivíduos ao optarem pelo empreendedorismo consideram o desejo por autonomia e por independência, aplicação de seu conhecimento e de sua experiência, pelo gozo de trabalho por conta própria e autorrealização (Carter, Gartner, Shaver, & Gatewood, 2003; Vale et al., 2014). A partir dos relatos identificaram-se as seguintes crenças comportamentais favoráveis ao empreendedorismo: retorno financeiro, gestão do próprio tempo, autonomia, nível menor de pressão/estresse e ajudar outros egressos.

A necessidade financeira é um forte motivador para o indivíduo se tornar autônomo, e ao escolher o empreendedorismo como opção de carreira (Alstete, 2008), em especial no período pós encarceramento, em que os egressos enfrentam restrições de capital financeiro e desenvolvem atividades que requerem pouco capital inicial para abertura dos negócios (Grosholz et al., 2020).

Os egressos associam o empreendedorismo a uma forma viável de adquirir renda, como relata o EG6: “Uma vantagem é a renda, que eu acredito que seria maior que um salário mínimo, né?”. Os egressos que já tiveram negócios antes da passagem pelo sistema prisional também concordam que o retorno financeiro é um dos pontos positivos de ser empreendedor.

Os resultados corroboram o apontado por Kautonen e Palmroos (2010), ao afirmarem que o aumento de rendimentos, a liberdade para gerir o próprio tempo e a independência são fatores que atraem os indivíduos para o empreendedorismo.

A autodisciplina para gerenciar o próprio tempo provoca uma atitude positiva em relação ao empreendedorismo de encarcerados que participam de programas de educação empreendedora (Grosholz et al., 2020). Destarte, abrir um negócio associa-se à ideia de gerenciar o próprio tempo,

como confirmam os relatos: “Uma das vantagens é que você faz seus horários, né?” (EG5) e “São muitas vantagens, ter mais tempo pra resolver meus problemas, por exemplo” (EG3). Essas falas sugerem a crença de que o empreendedorismo traria mais flexibilidade e tempo livre gerando a crença “Gestão do próprio tempo”.

Outra crença foi a “Autonomia”, que proporciona liberdade de decisão para o empreendedor, oferecendo a oportunidade de trabalhar de acordo com seus valores e objetivos, além de comandar e liderar o seu negócio (Grosholz et al., 2020; Van Gelderen, 2010), conforme relato: “São muitas vantagens, só em você tá trabalhando para si próprio, não é pra ninguém, já é bom. Você faz do seu jeito” (EG3).

Um dos entrevistados acredita que o nível de pressão e estresse na carreira como empreendedor é menor se comparado à pressão de trabalhar como funcionário de terceiros, sendo uma das vantagens de ter o próprio negócio. Tal relato diverge dos resultados apontados na literatura, uma vez que a atividade empreendedora gera estresse para empreendedores de todos os níveis (Alstete, 2008).

Uma crença que se destacou foi denominada: “Ajudar outros egressos”, uma vez que quatro entrevistados ressaltaram que como empreendedores poderiam gerar oportunidades de trabalho para outros egressos. Tais externalizações referem-se ao atendimento da necessidade de terceiros ligados ao empreendedor por vínculos de natureza afetiva e familiar como um motivo indutor ao empreendedorismo (Vale et al., 2014) e como apoio social pós-encarceramento (Grosholz et al., 2020).

Em relação às desvantagens de ter o próprio negócio, foram elencadas cinco crenças desfavoráveis ao empreendedorismo: “Direitos trabalhistas”, “Custo com impostos”, “Necessidade de disciplina e organização”, “Risco” e “Não há desvantagens em ter o próprio negócio”.

Quanto aos direitos trabalhistas, cinco entrevistados externalizaram que temem perder seus direitos trabalhistas, como previdência social e fundo de garantia, ao optarem pelo empreendedorismo: “A desvantagem é que sendo funcionário a pessoa tem aquela garantia, né? Tem um emprego certo, tem um fundo de garantia, um salário certinho, né? Como empreendedor, não” (EG5). Ademais, mencionaram como desvantagem o “Custo com impostos”, que de acordo com os egressos, a alta carga tributária faz com que eles reflitam antes de empreender: “A desvantagem é os impostos muito altos, aí a gente volta a pensar duas vezes” (EG7), realidade evidenciada pelo GEM (2017), ao alertar que os altos impostos são limitadores para o empreendedorismo brasileiro.

No entanto, com o Programa Microempreendedor Individual (MEI) é possível regularizar as atividades empreendedoras e garantir benefícios sociais, como a aposentadoria, isenção de tributos federais e de taxas de registro empresarial por meio de um único recolhimento mensal (Behling, Pereira, Mazzoleni, Baccin, & Lenzi, 2015). Assim, as desvantagens mencionadas pelos entrevistados são amenizadas ao optarem pela formalização do negócio aderindo ao MEI.

Mesmo apontando como desvantagens a “Necessidade de disciplina e organização” e o “Risco” os entrevistados mantinham a atitude positiva sobre a possibilidade de empreender: “Você tem que acordar cedo, tem que manter um horário certo, tem que ser disciplinado ou o negócio fica bagunçado[...]” (EG5), e “Desvantagens é só o risco de investir e perder.” (EG7). O tom positivo também é registrado nas falas de três entrevistados que nem mesmo conseguiram pontuar qualquer tipo de desvantagem na possibilidade de ter o próprio negócio.

Os relatos ratificam resultados de pesquisas que apontam que crenças positivas sobre a possibilidade de colocar um negócio estão relacionadas à formação de uma atitude favorável e que se relaciona diretamente à intenção empreendedora (Liñán; & Chen, 2009; Ferreira et al., 2017).



4.3 Crenças Normativas

Para investigar a influência de terceiros na intenção empreendedora dos egressos, a categoria de análise “Crenças Normativas” interligou-se à unidade de contexto “Percepção de Terceiros”, associada a quatro unidades de registro. As unidades “Família” e “Amigos” são consideradas como referentes sociais que influenciam o indivíduo, em consonância com a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991), enquanto as unidades “Sociedade” e “Clientes e Fornecedores” emergiram durante a análise dos dados como novos referentes sociais e considerados achados relevantes desta pesquisa, conforme ilustrado na rede semântica evidenciada na Figura 6.

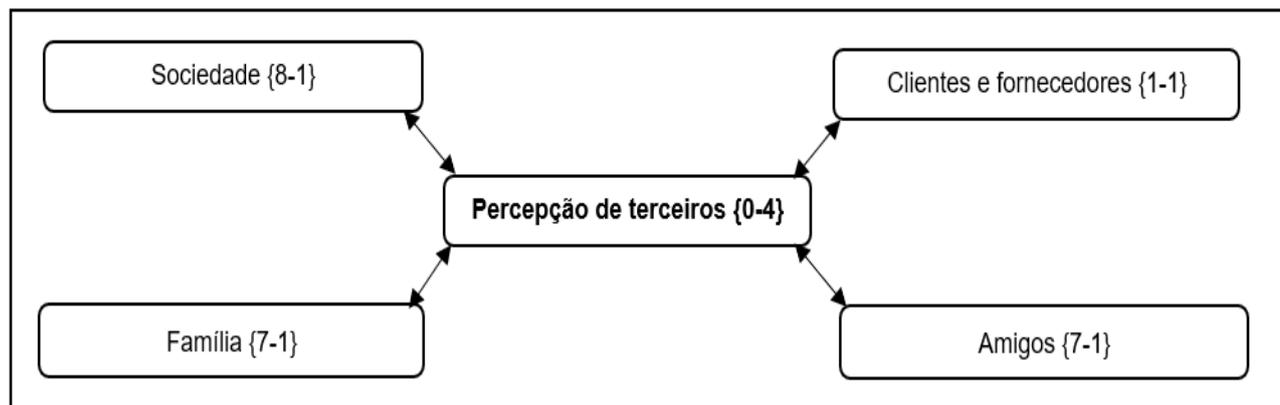


Figura 6.

Crenças normativas.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As crenças normativas identificam barreiras socioambientais para o envolvimento em atividades empreendedoras (Ephrem, Namatovu, & Basalirwa, 2019; Linã; Chen, 2009), o que foi ratificado pela identificação do referente “Sociedade”, citada por oito dos entrevistados, que interpreta de forma reticente qualquer tipo ação de um ex-infrator.

O único entrevistado que já empreendeu após a saída da penitenciária, inaugurando seu comércio dois meses antes da entrevista, concorda e expõe que percebe a descrença das pessoas sobre o seu empreendimento e seus planos para o futuro: “Hoje eu vejo que muitas pessoas não acreditam que você pode crescer. Realmente não acreditam (EG3).”

Esta crença negativa converge para o que levanta Pastore (2011), ao indicar que a repulsa a ex-infratores pode durar por toda uma vida e estende-se a toda a sociedade, podendo ser considerada um problema social. Além disso, o GEM (2017) alerta que a percepção da sociedade sobre grupos minoritários afeta a intenção empreendedora desses indivíduos, à medida que as normas sociais interferem sobre como esses sujeitos encaram a vida e suas possibilidades.

Já o egresso que teve uma revenda de automóveis mencionou suas impressões sobre a percepção de possíveis “Clientes e Fornecedores”, sobre a possibilidade de ele voltar a ter o próprio negócio: “Para eu reabrir o meu antigo negócio tem muitas barreiras. A dificuldade maior é como eu iria me comportar, não só com o meu cliente, mas com o meio que eu vou relacionar” (EG2).

Os referentes sociais mais citados foram “Família” e “Amigos”, exercem maior pressão social sobre o comportamento empreendedor (Ephrem et al., 2019; Grosholz et al., 2020), corroborando resultados de pesquisas anteriores, em que as expectativas destes grupos ancoram a decisão sobre se tornar empreendedor (Barros, Madruga, Ávila, & Beuron, 2014; Ferreira et al., 2017; Grosholz et al., 2020), pois são os preditores contextuais mais próximos (Ferreira et al, 2017).

4.4 Crenças de Controle Percebido

Para evidenciar as crenças que facilitam e dificultam a atividade empreendedora em relação à sua capacidade individual, concebeu-se a categoria analítica “Crenças de Controle Percebido”, investigada por meio das unidades de contexto “Facilitadores” e “Dificultadores”, conforme apresentado na rede semântica da Figura 7.

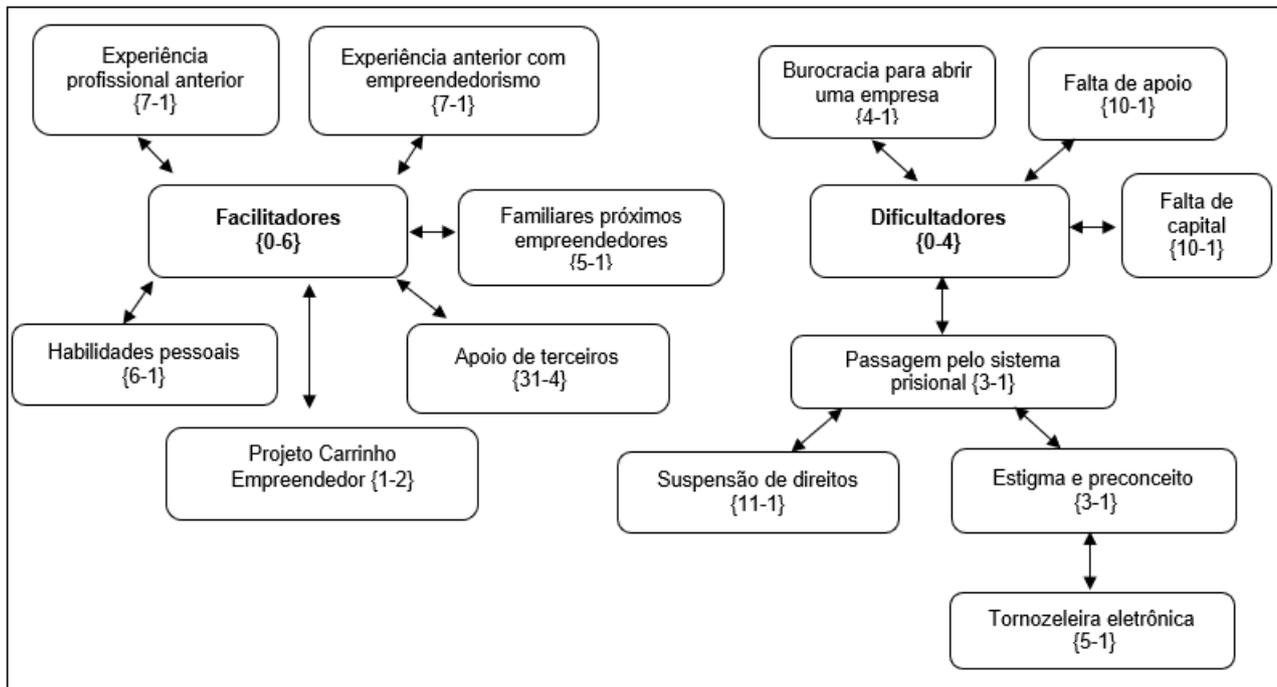


Figura 7.

Crenças de controle percebido

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Na unidade “Facilitadores” foram identificadas as crenças: “Experiência profissional anterior”, “Experiência anterior com empreendedorismo”, “Projeto Carrinho Empreendedor”, “Habilidades pessoais”, “Famíliares empreendedores” e “Apoio de terceiros”, e a unidade “Dificultadores” foi composta por quatro crenças: “Falta de capital”, “Falta de apoio”, “Burocracia” e “Passagem pelo sistema prisional”.

Sete egressos afirmaram que as experiências profissionais anteriores facilitariam uma nova empreitada como empreendedor. Um dos entrevistados mencionou o “Meu Carrinho Empreendedor”, do Projeto Vivendo e Aprendendo, como algo que facilitaria seu plano de voltar a trabalhar como autônomo, vendendo churrasquinhos, atividade que desempenhava antes da passagem pelo sistema. Os negócios potenciais almejados por egressos não são inatingíveis e exigem pouco investimento inicial, uma vez que estes sujeitos consideram suas experiências anteriores (Grosholz et al., 2020). Destarte, os entrevistados reconhecem que o comportamento empreendedor é facilitado pela experiência passada considerando o proposto por Ajzen (1991).

As “Habilidades Pessoais” foram consideradas facilitadores à tentativa de abrir um negócio, uma vez que alguns entrevistados gostariam de investir em ramos que exigem certa habilidade manual devido às suas aptidões, reconhecendo sua capacidade de controlar e dominar seu comportamento (Liñán; & Chen, 2009; Grosholz et al., 2020).

Os relatos indicaram que “Familiares empreendedores” e “Apoio de terceiros” como facilitadores ao comportamento empreendedor. Entretanto, a influência familiar e de amigos não é considerada uma crença de controle percebido, uma vez que não está relacionada às habilidades individuais, embora o contexto possa favorecer o desenvolvimento de habilidades empreendedoras (Grosholz et al., 2020; Rodermund, 2004).

As crenças “Falta de capital”, “Falta de apoio” e “Burocracia para abrir uma empresa”, emergiram do campo e são dificuldades enfrentadas pelos empreendedores brasileiros em geral, não somente percebidas pelos entrevistados. De acordo com o GEM (2017), a falta de recursos financeiros, a burocracia, a legislação e a carga tributária são fatores limitantes para o desenvolvimento da atividade empreendedora no Brasil (GEM, 2017).

A “Falta de apoio” foi apontada como um aspecto que os egressos percebem logo após a saída do cárcere. Parte dos entrevistados registrou a falta de suporte de familiares e conhecidos próximos, mas é importante salientar que três deles pontuaram que acreditam que não teriam apoio da família porque seus familiares se preocupam com qualquer possibilidade de reincidência no crime, tornando-se temerosos e superprotetores.

Vale destacar que as crenças “Falta de capital”, “Falta de apoio” e “Burocracia” não podem ser classificadas como crenças de controle percebido, uma vez que não se referem às habilidades e capacidades individuais para se envolver na atividade empreendedora.

A unidade “Passagem pelo Sistema Prisional” emergiu do campo e foi criada para agrupar os limitadores para o empreendedorismo próprios dos egressos, tais como: “Suspensão de Direitos” e “Estigma e Preconceito”, este último associado à “Tornozadeira Eletrônica”, posto que dificultam a realização do comportamento empreendedor, devido às limitações impostas à capacidade, em especial a de deslocamento dos entrevistados.

A “Suspensão de Direitos” trata de obstáculos tais como restrições de documentação e outras perdas temporárias de direitos civis. As limitações de deslocamento também foram pontuadas como um obstáculo para o empreendedorismo. Quanto ao “Estigma e Preconceito”, foram variados os relatos sobre este tema, especificamente sobre preconceito atrelado ao uso do monitoramento eletrônico. Para Ireland (2012), integrar o prisioneiro ao convívio social implica despojar-se de preconceitos sociais e culturais, e as falas dos sujeitos sugerem que nem todos conseguem fazê-lo.

A partir da análise dos dados foi possível compreender que: a) as motivações empreendedoras dos egressos não atendem à classificação dicotômica do GEM (2017), posto que a Realização Pessoal emergiu como outro motivador; e b) as crenças comportamentais, normativas e de controle percebido contribuem para a formação da intenção empreendedora dos egressos. Os achados da pesquisa foram sintetizados na figura 8:

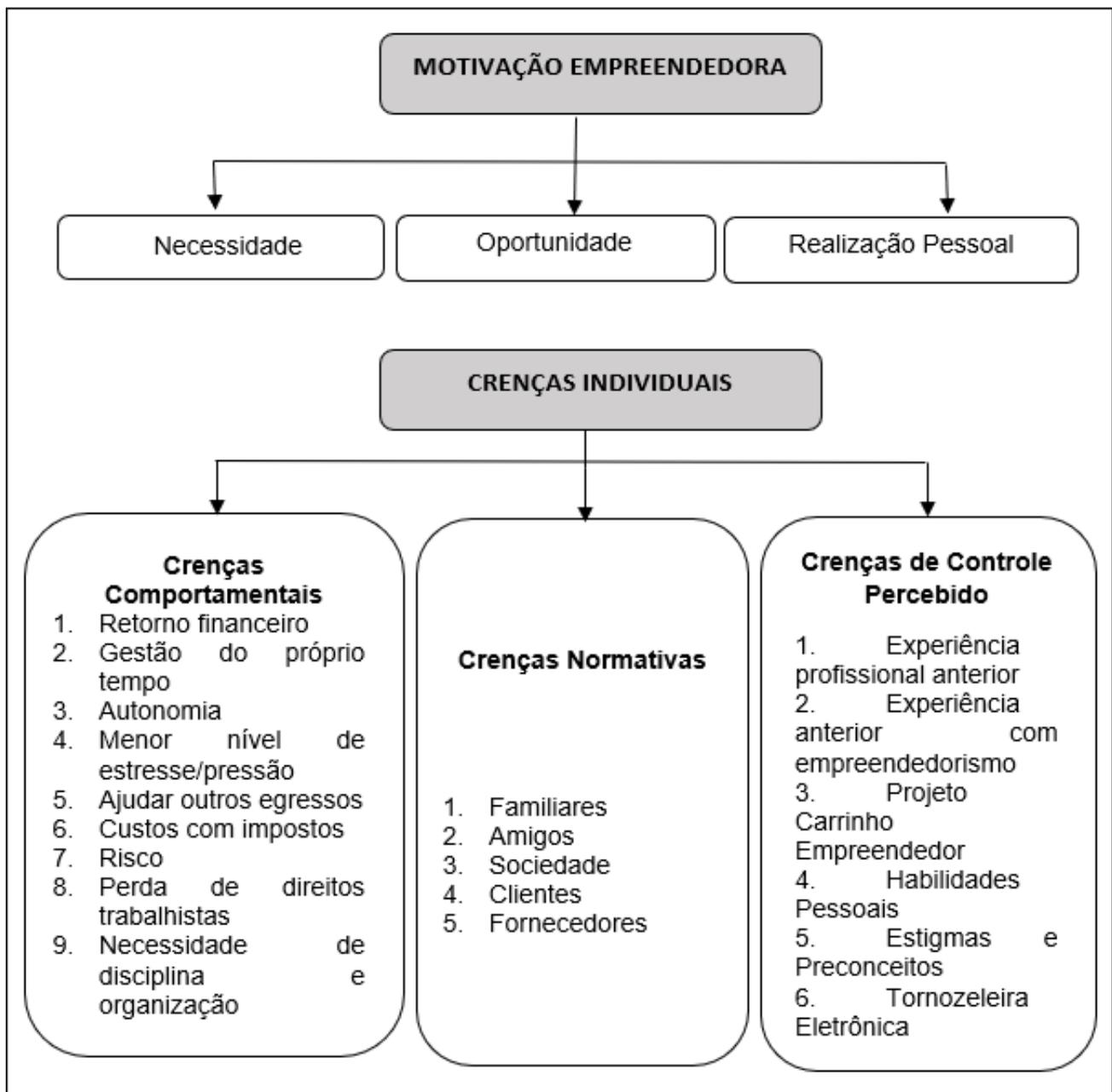


Figura 8.
Mapa conceitual dos resultados.
 Fonte: Dados da pesquisa (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses quanto a abrir o próprio negócio, sob a perspectiva da Teoria do Comportamento Planejado.

Em relação às motivações empreendedoras, todos egressos manifestaram intenção em abrir seu próprio negócio, a partir de três motivações: por necessidade, por identificação de oportunidades e por realização pessoal. Tal achado contrapõe a classificação dicotômica proposta pelo GEM (2017), e

contribui no sentido de reforçar a perspectiva de Vale et al. (2014) de que os motivos para empreender advêm de motivações múltiplas e não excludentes.

As crenças individuais foram agrupadas segundo a classificação de Ajzen (1991). As crenças comportamentais sobre as vantagens de abrir um negócio próprio identificadas foram: retorno financeiro, gestão do próprio tempo, autonomia, menor nível de estresse/pressão para conduzir o próprio empreendimento e ajudar outros egressos que sofrem com a mesma dificuldade de conseguir um emprego. As crenças comportamentais percebidas como desvantagens foram: custos com impostos, risco, perda de direitos trabalhistas e necessidade de disciplina e organização. Contudo, três foram incapazes de mencionar qualquer desvantagem em empreender, sugerindo forte atitude positiva em relação ao empreendedorismo

Sobre as crenças normativas, a sociedade foi considerada o referente social que interfere de forma negativa quanto à decisão de empreender. Enquanto, a família e os amigos foram os grupos de referência, mais citados, que aprovavam a decisão de empreender dos egressos. Outros referentes sociais mencionados foram clientes e fornecedores, mas com menor intensidade.

Em relação às crenças de controle percebido, foram consideradas como crenças facilitadoras à intenção empreendedora: experiência profissional anterior, experiência anterior com empreendedorismo, projeto carrinho empreendedor e habilidades pessoais, pois referem-se ao reconhecimento de habilidades pessoais e capacidade de controle do comportamento empreendedor (Agolla et al., 2019). Os relatos indicaram que os familiares empreendedores e o apoio de terceiros são facilitadores à decisão de empreender, porém tais crenças não foram classificadas como de controle percebido, mas reforçam a importância dos referentes sociais, por meio das crenças normativas, como influenciadores do comportamento empreendedor.

Os entrevistados apontaram como dificultadores à intenção empreendedora, as crenças: falta de capital, falta de apoio, burocracia para abrir uma empresa e passagem pelo sistema prisional. Foram consideradas dificultadoras apenas as crenças referentes à passagem pelo sistema prisional, uma vez que os entrevistados possuem crenças limitantes sobre estigmas e preconceitos, tornozeleira eletrônica, além de serem penalizados com a suspensão de direitos, que podem interferir na sua capacidade para executar o comportamento empreendedor.

Esta pesquisa apresenta como limitações: i) a diversidade amostral quanto sua experiência criminal que pode interferir na percepção sobre suas motivações e crenças empreendedoras; e ii) difícil acesso ao público sob custódia da Justiça, mesmo em regime aberto e semiaberto, pois alguns dos indicados pareciam desconfiados e se recusavam a participar horas antes do agendamento da entrevista. Sugere-se a realização de estudos futuros em que se possa ampliar a amostra, considerando a possibilidade de se investigar internos que participam dos programas de educação profissional oferecidos pelo sistema penitenciário e proceder a novas análises.

A principal contribuição acadêmica deste estudo foi a promover e ampliar a discussão sobre o empreendedorismo como opção de carreira após o período de privação de liberdade. Ressalta-se seu caráter inovador, por apresentar resultados que contrapõem à classificação dicotômica de motivação empreendedora descrita pelo GEM (2017), além de reforçar a importância dos referentes sociais família e amigos, apresentados como crenças normativas e de controle percebido, uma vez que os entrevistados relataram que tais referentes os estimulariam ao empreendedorismo.

Ademais, o levantamento de estudos nacionais sobre a reinserção de ex-infratores no mercado de trabalho sob o viés da administração parece escasso. Reconhecer a baixa empregabilidade de ex-detentos como um problema de gestão, pode ser o início do debate de estratégias que busquem minimizar seus impactos negativos. Este estudo é um convite à discussão de estratégias de esforço

conjunto entre poder público, população e academia, com o objetivo de mitigar paradigmas e preconceitos que ultrapassam os muros das penitenciárias e aprisionam os ex-infratores e a sociedade como um todo.

6. REFERÊNCIAS

- Agolla, J. E., Monametsi, G. L., & Phera, P. (2019). Antecedents of entrepreneurial intentions amongst business students in a tertiary institution. *Asia Pacific Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 13(2), 138-152.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211.
- Alós, R., Esteban, F., Jódar, P., & Miguélez, F. (2015). Effects of prison work programmes on the employability of ex-prisoners. *European Journal of Criminology*, 12(1), 35-50.
- Alstete, J. W. (2008). Aspects of entrepreneurial success. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 15(3), 584-594.
- Angulo-Guerrero, M. J., Pérez-Moreno, S., & Abad-Guerrero, I. M. (2017). How economic freedom affects opportunity and necessity entrepreneurship in the OECD countries. *Journal of Business Research*, 73, 30-37.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barba-Sánchez, V., & Atienza-Sahuquillo, C. (2017). Entrepreneurial motivation and self-employment: evidence from expectancy theory. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 13(4), 1097-1115.
- Barros, I. C. F., Madruga, L. R. D. R. G., Ávila, L. V., & Beuron, T. A. (2014). Atitude empreendedora na percepção de empreendedores individuais e sociais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(21), 36-45.
- Behling, G., Pereira, C. M. D., Mazzoleni, E. C., Baccin, S. S., & Lenzi, F. C. (2015). Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina. *NAVUS-Revista de Gestão e Tecnologia*, 5(1), 65-78.
- Block, J. H., & Wagner, M. (2010). Necessity and opportunity entrepreneurs in Germany: characteristics and earnings differentials. *Schmalenbach Business Review*, 62(2), 154-174.
- Carsrud, A., & Brännback, M. (2011). Entrepreneurial motivations: what do we still need to know?. *Journal of Small Business Management*, 49(1), 9-26.
- Carter, N. M., Gartner, W. B., Shaver, K. G., & Gatewood, E. J. (2003). The career reasons of nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 18(1), 13-39.
- Cavazos-Arroyo, J.; Puente-Díaz, R., & Agarwal, N. (2017). An examination of certain antecedents of social entrepreneurial intentions among Mexico residents. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(64), 180-199.
- Ceará. Secretaria de Justiça e Cidadania. (2017). *Sejus entrega carrinhos de lanche para egressos do sistema penitenciário*. Recuperado de <http://www.ceara.gov.br/2017/05/25/sejus-entrega-carrinhos-de-lanche-para-egressos-do-sistema-penitenciario/>.
- Cordeiro, A. M. (2019). A educação nas prisões. *ID on line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 13(48), 214-223.
- Costelloe, A., & Langelid, T. (2011). Prison Education and Training in Europe—a review and commentary of existing literature, analysis and evaluation. *Directorate General for Education and Culture, European Commission, EAC*, 19, 106-130.
- Ephrem, A. N., Namatovu, R., & Basalirwa, E. M. (2019). Perceived social norms, psychological capital and entrepreneurial intention among undergraduate students in Bukavu. *Education+ Training*, 61(7/8), 963-983.
- Ferreira, A. S. M.; Lotola, E., & Gondim, S. M. G. (2017). Preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora entre universitários: revisão de literatura. *Cadernos Ebape. BR*, 15(2), 292-308.
- Ferri, L., Ginesti, G., Spano, R., & Zampella, A. (2019). Exploring factors motivating entrepreneurial intentions: the case of Italian university students. *International Journal of Training and Development*, 23(3), 202-220.
- Fossen, F. M., & Büttner, T. J. (2013). The returns to education for opportunity entrepreneurs, necessity entrepreneurs, and paid employees. *Economics of Education Review*, 37, 66-84.
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2017). *Empreendedorismo no Brasil 2016*. Recuperado de <https://www.gemconsortium.org/report>.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Penso.
- Grosholz, J. M., Kabongo, J. D., Morris, M. H., & Wichern, A. (2020). Entrepreneurship education in the transformation of incarcerated individuals: A Review of the literature and future research directions, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(15), 1551-1570.
- Holzer, H. J., Raphael, S., & Stoll, M. A. (2003). Employment barriers facing ex-offenders. Paper presented at the Urban Institute Reentry Roundtable, *Employment Dimensions of Re-Entry: Understanding the Nexus Between Prisoner Reentry and Work*, New York.



- Hoppe, A., Barcellos, M. D., Vieira, L. M., & Matos, C. A. (2012). Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria do comportamento planejado. *Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS - Base*, 9(2), 174-188.
- Ireland, T. D. (2012). Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. *Em Aberto*, 24(86), 19-39.
- Kautonen, T., & Palmroos, J. (2010). The impact of a necessity-based start-up on subsequent entrepreneurial satisfaction. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 6(3), 285-300.
- Keena, L., & Simmons, C. (2015). Rethink, reform, reenter: an entrepreneurial approach to prison programming. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(8), 837-854.
- Liñán, F., & Chen, Y. W. (2009). Development and Cross-Cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33(3), 593-617.
- Martins, F. S.; Santos, E. B. A., & Silveira, A. (2018). Intenção empreendedora: categorização, classificação de constructos e proposição de modelo. *Brazilian Business Review*, 16(1), 46-62.
- Mcclelland, D. (1972). *A sociedade competitiva: Realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Moraes, C.; Simões, D., & Gonçalves, E. (2017). Educação no cárcere: uma análise dos processos educativos no Centro de Reeducação Feminina de Ananindeua/Pará. *Revista Pedagogia Social UFF*, 2(2) 1-20.
- Minola, T., Criaco, G., & Obschonka, M. (2016). Age, culture, and self-employment motivation. *Small Business Economics*, 46(2), 187-213.
- Pastore, J. (2011). *Trabalho para ex-infratores*. São Paulo: Saraiva.
- Patzelt, H.; Williams, T. A., & Shepherd, D. A. (2014). Overcoming the walls that constrain us: the role of entrepreneurship education programs in prison. *Academy of Management Learning & Education*, 13(4), 587-620.
- Paul, J.; Hermel, P., & Srivastava, A. (2017). Entrepreneurial intentions—theory and evidence from Asia, America, and Europe. *Journal of International Entrepreneurship*, 15(3), 324-351.
- Rodermund, E. S. (2004). Pathways to successful entrepreneurship: parenting, personality, early entrepreneurial competence and interests. *Journal of Vocational Behavior*, 65(3), 498– 518.
- Sarasvathy, S. D. (2004). Constructing corridors to economic primitives. Entrepreneurial opportunities as demand-side artifacts. In J. E. Butler (Ed.), *Opportunity Identification and Entrepreneurial Behavior* (pp. 291–312). Charlotte: Information Age Publishing Inc.
- Schlaegel, C., & Koenig, M. (2014). Determinants of entrepreneurial intent: a meta-analytic test and integration of competing models. *Entrepreneurship, Theory and Practice*, 38(2), 291-332.
- Silva, C. L. O., & Saraiva, L. A. S. (2013). Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. *Cadernos EbapeBR*, 11(3), 383-401.
- Souza, E. M.; Costa, A. S. M., & Lopes, B. C. (2019). Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. *Cadernos Ebape Br*, 17(2), 362-374.
- Thiry-Cherques, H. R. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, 3(2), 20-27.
- Trochim, W. M. K. (1989). Outcome pattern matching and program theory. *Evolution and Program Planning*. v. 12(4), pp. 355-66.
- Vale, G. M. V.; Corrêa, V. S.; & Reis, R. F. (2014). Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 311-327.
- Van der Zwan, P., Thurik, R., Verheul, I. Hessels, J. (2016). Factors influencing the entrepreneurial engagement of opportunity and necessity entrepreneurs. *Eurasian Business Review*, 6, 273–295.
- Van Gelderen, M. (2010). Autonomy as the guiding aim of entrepreneurship education. *Education+ Training*, 52(8/9), 710-721.
- Vergara, S. C. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (4. ed.). São Paulo: Atlas.
- Wilson, D. B., Gallagher, C. A., & MacKenzie, D. L. (2000). A meta-analysis of corrections-based education, vocation, and work programs for adult offenders. *Journal of research in crime and delinquency*, 37(4), 347-368.
- Yitshaki, R., & Kropp, F. (2016). Motivations and opportunity recognition of social entrepreneurs. *Journal of Small Business Management*, 54(2), 546-565.

